



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS – SEMCASPI

TERMO DE FOMENTO Nº 10/2019

**TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
TERESINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE CIDADANIA,
ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS
INTEGRADAS – SEMCASPI E A
ASSOCIAÇÃO INCUBADORA PORTO
SOCIAL**

O **MUNICÍPIO DE TERESINA**, pessoa jurídica de direito público interno, com autonomias política, administrativa e financeira exercidas pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA - PMT**, com sede administrativa na Praça Marechal Deodoro, 860, Centro, Teresina, Palácio da Cidade, inscrita no CNPJ nº 06.554.869/0001-64, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, **FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, com intervenção direta da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS – SEMCASPI**, inscrita no CNPJ nº 06.554.869/0008-30, com sede na Rua Álvaro Mendes, nº 861, Centro, Teresina-PI, neste ato representada por seu Secretário o Sr. **FRANCISCO SAMUEL LIMA SILVEIRA**, inscrito no RG nº 3.077.316 SSP/PI e CPF Nº 955.836.103-87, residente e domiciliado nesta capital, à rua Agnelo Pereira da Silva, 3062, Bairro São João, CEP: 64.045-440 e do outro, a **ASSOCIAÇÃO INCUBADORA PORTO SOCIAL**, associação privada, inscrita no CNPJ nº 25.087.812/0001-47, situada na Rua Marques Amorim, 356B-ILHA DO LEITE, Recife, Pernambuco, Fone: (81) 3132-2190, neste ato representada por seu Presidente, **FÁBIO HENRIQUE ALVES DA SILVA**, inscrito no CPF nº 934.046.204-10, RG nº 5.054.160 SSP/PE, residente e domiciliado na Av.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS – SEMCASP

Dezessete de Agosto, 2483, Bairro Monteiro, Redife- PE, CEP: 52.061-105, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, resolvem celebrar o presente Primeiro Termo de Fomento, regendo-se pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis à especial em a Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações através da Lei n. 13.204, de 14 de dezembro de 2015, e em especial o Decreto Municipal n.º 16.802 de 24 de abril de 2017 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

1-CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste presente Termo de Fomento:

- 1.1 – Fomentar o empreendedorismo social e o engajamento cívico no Município de Teresina, por meio da implantação do Projeto Teresina Transforma, que visa a formação de uma rede de voluntariado através de diversas ações integradas de natureza educativa e inspiracional, bem como fortalecer a relação do Poder Municipal com a Sociedade Civil Organizada, o acesso das organizações no desenvolvimentos conjunto de Políticas Públicas e legitimar as ações públicas de inclusão social e de empoderamento das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

2-CLÁUSULA SEGUNDA DA JUSTIFICATIVA

Diante do presente Termo de Fomento pactuado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS – SEMCASP e ASSOCIAÇÃO INCUBADORA PORTO SOCIAL, que se justifica nos termos do parecer jurídico nº 462/2019-PLCCA, emitido Procuradoria Geral do Município de Teresina – PGM, em conformidade com decreto municipal nº 16.802/17 e alterações.

3-CLÁUSULA TERCEIRA DO PLANO DE TRABALHO



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS - SEMCASPI

Para alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho constante do Anexo I, devidamente aprovado pela **SEMCASPI E ASSOCIAÇÃO INCUBADORA PORTO SOCIAL**.

4-CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES

A SEMCASPI obriga-se à:

- a) Transferir os recursos financeiros para a execução desta Parceria, na forma do cronograma de desembolso aprovado, constante no Anexo I – Plano de Trabalho, bem como a Lei n. 13.019/2014 e suas alterações através da Lei n. 13.204/2015, e Decreto Municipal n.º 16.802/17, observada a disponibilidade financeira do Município e as normas legais pertinentes;
- b) Aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários, conforme o Plano de Trabalho anexo I que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições;
- c) Acompanhar, monitorar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e avaliar a execução desta Parceria diretamente ou através de sua gestão;
- d) Dar ciência da assinatura deste instrumento à Câmara Municipal de Teresina;
- e) Analisar os Relatórios de Execução Físico-Financeira e as Prestações de Contas objeto do presente termo de fomento;
- f) Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos;
- g) Analisar as propostas de reformulações do Plano de Trabalho aprovado, desde que apresentadas previamente, por escrito, acompanhadas de justificativas e que não impliquem mudança de objeto;
- h) Prorrogar “de ofício” a vigência do termo de fomento, antes do seu término, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, desde que ainda haja plena condição de execução do objeto e que a **ASSOCIAÇÃO INCUBADORA PORTO SOCIAL** não esteja inadimplente com a prestação de contas ao Município;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS – SEMCASP

j) Exercer a atividade normativa, o controle e a fiscalização, inclusive por meio de visitas in loco, sobre a execução do presente termo de fomento, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, a cargo da SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS – SEMCASP;

j) Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

k) Realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do presente termo de fomento e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

l) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, de acordo com o art.59, parágrafo único, da Lei n.13.019/2014 e decreto nº16.802/17 que deverá ser submetido à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação de prestação de contas devida pela ASSOCIAÇÃO INCUBADORA PORTO SOCIAL;

m) Dar conhecimento à ASSOCIAÇÃO INCUBADORA PORTO SOCIAL das normas administrativas que regulam a execução de termo de fomento, com o Município, exigindo seu fiel cumprimento;

A ASSOCIAÇÃO INCUBADORA PORTO SOCIAL obriga-se à:

- a) Executar direta ou indiretamente, nos termos da legislação pertinente, as atividades previstas no Plano de Trabalho e o Projeto a ser Desenvolvido, observando sempre os critérios de qualidade técnica, os custos e os prazos previstos;
- b) Movimentar os recursos financeiros liberados pelo Município, exclusivamente no cumprimento do objeto do presente termo de fomento, não sendo permitido empréstimo de recursos entre contas de outro termo de Fomento ou Colaboração;
- c) Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pelo Município;





ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS – SEMCASP

d) Prestar contas dos recursos recebidos, na forma da Cláusula Décima deste instrumento, junto com o Relatório de Execução dos Trabalhos, bem como com o Anexo

II – Prestação de Contas de Parcerias: Relação de Pagamentos; com o Anexo III: Conciliação Bancária, com o Anexo IV – Modelo de Ofício para Repasse de Recursos, com o Anexo V – Relatório de Cumprimento do Objeto, com o Anexo VI – Relatório Fotográfico de Obras/Reformas e com o Anexo VII – Relatório Fotográfico de Bens Permanente, constantes deste Termo de Fomento, devidamente preenchidos;

e) Devolver o saldo dos recursos não utilizados, inclusive os rendimentos de aplicações financeiras, ao final ou extinção do termo de fomento;

f) Estar regular, durante a vigência deste Termo de Fomento, perante as Fazendas Municipal, Estadual, Federal e Justiça do Trabalho, bem como junto ao INSS e FGTS;

g) Realizar pesquisa de preço, através de no mínimo 03 (três) orçamentos, antes de promover aquisição de materiais e contratação de serviços;

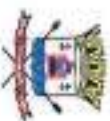
h) Manter registros, arquivos e controles específicos para os dispêndios relativos ao presente instrumento;

i) Propiciar os meios e as condições necessárias para que os agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas tenham livre acesso a todos os documentos e locais relativos à execução do objeto do presente termo de fomento, bem como prestar a estes, todas e quaisquer informações solicitadas, a qualquer momento em que julgar necessário;

j) Fornecer todas as informações solicitadas pelo Município de Teresina referente ao cumprimento do objeto e à situação financeira do executor;

k) Abrir conta bancária exclusiva para movimentação dos recursos deste termo de fomento;

l) Abrir conta-corrente citada na Cláusula Nona, item “a” que deverá receber também os depósitos relativos à movimentação das provisões trabalhistas, quais sejam: provisão para rescisão trabalhista, provisão de décimo terceiro salário, provisão de férias e respectivo 1/3 (um terço) de férias, encargos previdenciários e trabalhistas incidentes



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS – SEMCASPI

nos itens provisionados, outras despesas de caráter trabalhista cuja previsão possa ser realizada;

- m) Movimentar os recursos somente através de Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou Documento de Ordem de Crédito (DOC), não sendo permitido nenhum pagamento em espécie;
- n) Realizar as despesas para execução do objeto da Parceria expressa no Plano de Trabalho anexo I, dentro da vigência deste instrumento;
- o) Recolher documentos originais próprios contendo quitação bancária e/ou carimbo de recebimentos de despesas realizadas em nome da Entidade, com seu CNPJ, sendo aceitas somente notas fiscais.

o.1) Não serão aceitos documentos com emendas ou rasuras que lhes prejudiquem a clareza e prazo de validade vencido;

- p) Conservar atualizada a escrituração contábil dos atos e fatos relativos à gerência e aplicação dos recursos consignados;
- q) Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e pessoal;

r) Enviar ao Município declaração de cada um dos funcionários contratados com recursos provenientes deste Termo de Fomento, declarando não ser e não ter parentesco com servidor ou empregado público;

s) Enviar notas fiscais dos bens permanentes caso sejam adquiridos com recursos previstos no presente Termo de Fomento, a fim de incorporá-los ao patrimônio do Município;

t) Enviar mensalmente a relação dos profissionais discriminando a função, em conformidade com o Anexo I – Plano de Trabalho.

u) Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS – SEMCASPI

administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

5-CLÁUSULA QUINTA DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Os recursos necessários à execução do objeto do presente termo de fomento, será no montante de R\$ 495.060,28 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais e sessenta reais e vinte oito centavos), pagos conforme cronograma de desembolso previsto no Anexo I – Plano de Trabalho.

A SEMCASPI, transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, recursos no valor de R\$ 495.060,28 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais e sessenta reais e vinte oito centavos), correndo a despesa à conta da dotação orçamentaria, conforme discriminação abaixo:

- Projeto atividade: 120001 061122 0017 2.622 -Administração da SEMCASPI
- Elemento de despesa: 3.3.90.39 Outros serviços de Terceiro pessoa jurídica
- Fonte de recurso: 001400- Recursos Ordinários/ Assistência Social

6-CLÁUSULA SEXTA DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A liberação dos recursos para execução do presente termo de fomento dar-se-á conforme o Anexo I – Plano de Trabalho, condicionada à disponibilidade financeira do Município.

Parágrafo único. A PRIMEIRA parcela será após a comprovação da abertura da conta corrente, através de extrato, da mesma demonstrando o saldo inicial igual a R\$ 0,00 (zero), e depois obedecerá ao cronograma financeiro de acordo com o Plano de trabalho.

7-CLÁUSULA SÉTIMA DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

O Município de Teresina por intermédio da SEMCASPI fará o acompanhamento da



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS – SEMCASP

execução do objeto do presente Termo de fomento, além do exame das despesas, com a avaliação técnica relativa à aplicação dos recursos, com intenção de verificar a sua correta utilização, até o alcance dos seus objetivos através da Comissão de Monitoramento e avaliação.

8-CLÁUSULA OITAVADA NOMEAÇÃO DO GESTOR

O Gestor do presente Termo terá sua indicação sob competência da SEMCASP, que se responsabilizará por:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
 - b) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
 - c) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59, da Lei n.13.019/2014; e Decreto nº 16.802/17.
- Parágrafo único. Por ocasião da Prestação de Contas, parcial ou total, o gestor deverá encaminhar para a Seção de Análise e Prestação de Contas, cópia da prestação de contas entregue pela **ASSOCIAÇÃO INCUBADORA PORTO SOCIAL** com carimbo “Confere com o Original” junto ao Parecer de Cumprimento do Objeto (feito com base na visita mensal à Entidade) e Planilha da Relação de Pagamento original com carimbo de “Conferida e Aprovada” autenticadas por funcionário da Secretaria Gestora devidamente assinada contendo nome, matrícula, cargo/função e cópia da documentação de despesas com carimbo de “Confere com o Original”, com cabeçalho numerado conforme a planilha da Relação de Pagamentos.

9-CLÁUSULA NONA DO SALDO DOS RECURSOS FINANCEIROS

- a) Os saldos financeiros do Termo de Fomento, referentes aos recursos recebidos e do



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍMICAS INTEGRADAS – SEMCASPI

passivo trabalhista e social, enquanto não utilizados serão, obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança e/ou conta-corrente, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em títulos de dívida pública quando a utilização dos mesmos verifica – se em prazos menores que um mês;

b) As receitas financeiras auferidas na forma do item anterior serão, obrigatoriamente, computadas a crédito do termo de fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as Prestações de Contas;

c) Os saldos remanescentes, inclusive os obtidos em aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do encerramento ou extinção deste instrumento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do Município. Tal devolução deverá ser feita, para a mesma que originou o recurso, junto aos Extratos Bancários com saldos zerados das contas existentes.

10-CLÁUSULA DÉCIMA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A ASSOCIAÇÃO INCUBADORA PORTO SOCIAL deverá apresentar, mensalmente, a Prestação de Contas composta da documentação especificada nesta Cláusula referente à parcela liberada, e assim sucessivamente para liberação da parcela posterior.

§1º A Prestação de Contas deverá ser elaborada com rigorosa observância às normas do Município de Teresina, Decreto 16.802/17, devendo constituir-se de elementos que permitam ao gestor avaliar o andamento ou concluir que seu objeto foi executado conforme pactuado, e dos seguintes documentos:

a) Relatório de execução do objeto, elaborado pela **ASSOCIAÇÃO INCUBADORA PORTO SOCIAL**, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS – SEMCASPI

- b) Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto;
- c) Cópia do Plano de Trabalho;
- d) Relatório de visita in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;
- e) Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de Fomento;
- f) Cópia xerográfica dos documentos fiscais de pagamento (notas fiscais, Recibo de Pagamento, etc.), contendo a quitação bancária e ou carimbo de “RECEBEMOS”, assinado e datado pelo fornecedor;
- g) Cópia xerográfica dos comprovantes de Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou Documento de Ordem de Crédito (DOC);
- h) Relação dos contratos beneficiados pelo INSS, FGTS, PIS, vale-transporte e sindicato, quando for o caso;
- i) Demonstrativo da Execução da Receita e da Despesa, evidenciando o saldo e, quando for o caso, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, se houver;
- j) Relação de pagamentos efetuados com os recursos repassados pelo Município, no período de referência da prestação de contas;
- k) Extrato da conta bancária específica do período do recebimento da 1ª parcela até o último pagamento e conciliação bancária, quando for o caso;
- l) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos se houver;
- m) Em caso de reforma, encaminhar fotos do imóvel antes, durante e depois da reforma;
- n) Apresentação de no mínimo 1 (um) exemplar original, de cada produto (jornal, folder, cartaz, panfletos, convites, fotos, fitas, CD, DVD, lista de presença) que comprove o real acontecimento em caso de eventos esportivos, culturais e outros;
- o) Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos deste termo de



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS – SEMCASPI

Fomento;

p) Conciliação do saldo Bancário;

q) As despesas relativas ao mês do encerramento do termo de fomento deverão ser pagas até a data do seu vencimento de cada despesa (no mês seguinte) sem a necessidade de formalização de termo aditivo.

§2º As faturas, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da **ASSOCIAÇÃO INCUBADORA PORTO SOCIAL** devidamente identificados com o número do termo de fomento e mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição dos órgãos de Controle Interno e Externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação da Prestação de Contas do Município de Teresina, pelo Tribunal de Contas do Estado, relativa ao exercício em que ocorreu a concessão.

§3º Na hipótese de constatação de impropriedade ou irregularidade na execução do termo de fomento e/ou inadimplência nas prestações de contas, será sustada a liberação da parcela a ser transferida e deverá o Município por meio da SEMCASPI notificar a **ASSOCIAÇÃO INCUBADORA PORTO SOCIAL** para saná-las, no prazo máximo de 30 (trinta) dias por notificação, dentro do prazo que os Órgãos do Município, possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados.

§4º Para apresentação das prestações de contas, parciais e finais, deverão ser observadas as regras contidas no Decreto nº 16.802/2017, com alterações.

11-CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DESPESAS QUE PODERÃO SER CUSTEADAS COM RECURSOS DO TERMO DE FOMENTO

Podirão ser pagas com recursos vinculados à parceria as despesas com remuneração da equipe de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos

11



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS – SEMCASPI

sociais e trabalhadores, desde que tais valores:

I – Estejam previstos no plano de trabalho e sejam proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria; e II – sejam compatíveis com o valor de mercado e observem os acordos e as convenções coletivas de trabalho.

§ 1º Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a organização da sociedade civil deverá anexar preferencialmente, ao Sistema de Parceria a memória de cálculo do rateio da despesa para fins de prestação de contas, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

§ 2º No pagamento das verbas rescisórias de que trata o caput, do art. 50, deste Decreto, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho, sendo vedado o pagamento de verbas rescisórias referente ao período anterior à vigência deste Decreto.

§ 3º A organização da sociedade civil deverá dar ampla transparência, inclusive em seu sítio eletrônico, aos valores pagos, de maneira individualizada, a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do objeto e com recursos da parceria, juntamente à divulgação dos cargos e valores.

12-CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES

O Termo de fomento deverá ser executado em estrita observância as cláusulas avençadas e às normas pertinentes, sendo vedado:

- a) Utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto previsto neste termo de fomento;
- b) Pagar a qualquer título, servidor ou empregado público, funcionários de outro termo de Fomento/Colaboração, com recursos vinculados a parceria;
- c) Alterar a previsão do Plano de Trabalho sem antes submeter à apreciação do Município, SEMCASPI;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS – SEMCASPI

13-CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A ASSOCIAÇÃO INCUBADORA PORTO SOCIAL compromete-se a restituir o valor

transferido, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para a conta do recurso recebido a partir da data do seu recebimento, nos seguintes casos:

- a) Quando não for executado o objeto pactuado;
- b) Quando não for apresentada, no prazo exigido, a Prestação de Contas parcial ou final;
- c) Quando não for aprovada a Prestação de Contas;
- d) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Termo de Fomento;
- e) Quando ocorrer qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário.

14-CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Fica expressa a prerrogativa do Município de conservar a autoridade normativa e exercer o controle e a fiscalização sobre a execução do objeto deste termo de fomento, bem como assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do mesmo, nos casos de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade dos serviços.

15-CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo de Fomento terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste termo de Fomento poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, por solicitação da **ASSOCIAÇÃO INCUBADORA PORTO SOCIAL**, fundamentada em razões concretas que justifiquem a não execução do objeto no prazo pactuado, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término do prazo previsto no caput desta Cláusula, desde que aceita pelo Município, conforme previsto



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS – SEMCASPI
no art. 55, da Lei n. 13.019/2014 e Decreto n.º 16.802/17.

16-CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DOS BENS REMANESCENTES

Os bens patrimoniais, materiais permanentes ou equipamentos adquiridos, produzidos ou construídos com recursos deste termo de Fomento, permanecerão sob a guarda e responsabilidade e manutenção da Sigla ou Nome da Entidade, vinculados ao objeto pactuado para assegurar a continuidade do programa governamental, quando for o caso.

§1º É de responsabilidade do Município a definição do direito de propriedade dos bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do instrumento que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos pela administração pública, respeitado o disposto no art. 36 da Lei n.º 13.019/2014, e Decreto Municipal n.º 16.802/17.

§2º Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do Município, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar continuidade do objeto pactuado.

§3º Sendo o presente termo de fomento rescindido por quaisquer dos motivos previstos na Cláusula Décima Sétima – Da Rescisão, os bens patrimoniais serão automaticamente revertidos ao Município.

17-CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO

A inexecução total ou parcial do presente termo de Fomento, pela **ASSOCIAÇÃO INCUBADORA PORTO SOCIAL**, poderá, garantida a prévia defesa, ocasionar a aplicação das sanções previstas no art. 73, da Lei Federal n. 13.019/2014, e art. 74 do decreto municipal 16.802/17.

18-CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DA RESCISÃO

Este Termo de Fomento poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e

14



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS – SEMCASP

rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na Lei n. 13.019/2014 e suas alterações através da Lei n. 13.204/2015 e Decreto nº 16.802/17, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-se-lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.

§1º A manifestação do interesse de rescisão do Termo de Fomento deverá ser comunicada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

§2º Constitui-se motivo para rescisão deste termo de Fomento, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho.
- b) Aplicação de recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no item a Cláusula Décima – Do Saldo dos Recursos Financeiros
- c) Constatação de irregularidade de natureza grave, no decorrer de fiscalizações ou auditorias;
- d) Falta de apresentação da Prestação de Contas Final, ou de Prestação de Contas parciais, no prazo estabelecido deste Instrumento.
- e)

19-CLÁUSULA DÉCIMA NONA DA ALTERAÇÃO

O presente termo de Fomento poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante proposta de modificação a ser apresentada no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do seu término e desde que aceita pelo ordenador da despesa, em comum acordo entre os partícipes, não podendo haver mudança de objeto.

20-CLÁUSULA VIGÉSIMA DA PUBLICAÇÃO



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS - SEMCASP

A publicação do extrato deste termo de Fomento, no Diário Oficial do Município, será providenciada pelo Município de Teresina – PI, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data.

21-CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA DO FORO

Para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, os partícipes elegem o foro da Comarca de Teresina, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e de acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, em juízo ou fora dele.

Teresina (PI), 11 de dezembro de 2019.

FIRMINO DA SILVA SOARES FILHO
Prefeitura Municipal de Teresina - PMT

FRANCISCO SAMBEL LIMA SILVEIRA
CPF: 955.836.103 – 87

Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Políticas Integradas-SEMICASPI

FÁBIO HENRIQUE ALVES DA SILVA
CPF nº 934.046.204-10
Associação Incubadora Porto Social

